



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE CARAGUATATUBA
ESTADO DE SÃO PAULO

DECRETO Nº 220/04, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2004.

"Dispõe sobre a aposentadoria voluntária por tempo de contribuição do servidor ELMO TRAMARIN, com proventos integrais "

ANTONIO CARLOS DA SILVA, Prefeito Municipal da Estância Balneária de Caraguatatuba, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e

Considerando o que consta do Processo Administrativo n.º 22.941/04, em especial os pareceres do Instituto de Previdência do Município de Caraguatatuba – CaraguaPrev e da Secretaria Municipal de Administração,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida a aposentadoria voluntária por tempo de contribuição, com proventos integrais, ao servidor **ELMO TRAMARIN**, matrícula funcional 3034 e RG. n.º 8.274.761, ocupante do cargo de Motorista I, de acordo com o artigo 40, § 1º, II da Constituição da República Federativa do Brasil, com redação alterada pelo artigo 1º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, combinado com o disposto no artigo 31, I, III, V, VI, da Lei Municipal n.º 888, de 05 de dezembro de 2000, que instituiu o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais e criou o Instituto de Previdência do Município de Caraguatatuba - CaraguaPrev.

Art. 2º - O ex-servidor perceberá os proventos integrais, correspondente a média das maiores remunerações, utilizadas como base para as contribuições, conforme disposto no artigo 1º e § 5º da Lei Federal n.º 10.887, de 18 de junho de 2004, no valor total de R\$ 478,47 (quatrocentos e setenta e oito reais e quarenta e sete centavos), valor este já acrescido de todos os direitos e demais vantagens do cargo que exercia, assim composto:

Salário	R\$ 458,49
Adicional por Tempo de Serviço	R\$ 19,98
TOTAL DOS PROVENTOS	R\$ 478,47

Art. 3.º- O pagamento dos proventos da aposentadoria será suportado integralmente pelo Tesouro Municipal, nos termos do disposto no artigo 103, da Lei Municipal n.º 888, de 05 de dezembro de 2000, com redação alterada pela Lei Municipal n.º 1.119, de 07 de junho de 2004.

Art. 4.º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto, correrão por conta de verbas próprias consignadas no orçamento do Município, suplementadas se necessárias.

Art. 5.º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Caraguatatuba, 09 de dezembro de 2004.

ANTONIO CARLOS DA SILVA
Prefeito Municipal

